Proc. TC-018.193/2014-5
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor dos Senhores Benedito Sá de Santana, ex-Prefeito do Município de Sucupira do Norte/MA, na gestão de 2001-2004 e 2005-2008, e de Marcony da Silva dos Santos, Prefeito do Município de Sucupira do Norte/MA, nas gestões 2009-2012 e reeleito para o período de 2013-2016, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio n.º 2.966/2005 (peça 1, p. 103) firmado entre a Funasa e o Município de Sucupira do Norte/MA. O aludido convênio tinha por objetivo a execução de sistema de abastecimento de água, em conformidade com o Plano de Trabalho (peça 1, pp. 112-122).

2. A Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA) propôs, inicialmente, que os responsáveis acima fossem declarados revéis e que tivessem as contas julgadas irregulares, sendo condenados, solidariamente, a pagar o débito de R\$ 59.220,01 (cinquenta e nove mil, duzentos e vinte reais e um centavo), em valores históricos e aplicação de multa, prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992 (peça 5).

3. Na ocasião, os autos ingressaram neste Gabinete para fins de atuação regimental, oportunidade em que se constatou potencial nulidade da citação do Senhor Marcony da Silva dos Santos, dada a existência, nos autos, de informação fidedigna de que o responsável permanece como Prefeito de Sucupira do Norte/MA (peça 1, p. 392), local onde exerce suas funções públicas e no qual ostenta domicílio legal necessário para recebimento de intimações e comunicações relacionadas ao exercício do cargo. Assim, recomendou-se, para o saneamento dos autos, a renovação do expediente citatório, desta vez dirigido ao endereço da Prefeitura informado no processo (peça 1, p. 376) e também constante do sítio eletrônico oficial do Município (www.sucupiradonorte.ma.gov.br), proposta acolhida pela Ministra-Relatora, por meio do Despacho de 19 de abril de 2016 (peça 15).

4. Renovada a citação, o Senhor Marcony da Silva dos Santos apresentou alegações de defesa (peça 18) que foram analisadas pela Unidade Técnica, a qual propôs, em pareceres uniformes (peça 20-22), o acolhimento integral da defesa e a exclusão da responsabilidade do gestor dos autos. Em relação ao Senhor Benedito Sá de Santana, a unidade técnica manteve o posicionamento de declará-lo revel e de julgar as contas irregulares, bem assim de condená-lo ao pagamento do débito de R\$ 59.220,01 (cinquenta e nove mil, duzentos e vinte reais e um centavo), em valores históricos. A Secex/MA propôs, ainda, a aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992 ao responsável.

5. Esta representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com o encaminhamento alvitrado pela Secex/MA, nos termos da instrução à peça 20, sugerindo, todavia, que sejam feitos os seguintes ajustes na redação e nos fundamentos legais a embasar a decisão quanto ao mérito da presente Tomada de Contas Especial, de modo que os itens “a”, “b”, “c”, “d” e “f” da referida instrução sejam redigidos conforme abaixo:

a) acatar as alegações de defesa apresentadas pelo Senhor Marcony da Silva dos Santos, CPF 846.440.793-91, ex-prefeito, gestão 2009-2012 (reeleito para o período de e 2013-2016), excluindo destes autos sua responsabilidade;

b) declarar a revelia do Senhor Benedito Sá de Santana, CPF 256.940.303-20, ex-prefeito do Município de Sucupira do Norte (MA), gestão de 2001-2004 e 2005-2008, com fundamento no art. 12, § 3.º, da Lei n.º 8.443/1992;

c) com fundamento nos arts. 1.º, inciso I, 16, inciso III, alínea “a, da Lei n.º 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1.º, inciso I, 209, inciso “T”, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do Senhor Benedito Sá de Santana, CPF: 256.940.303-20, ex-prefeito, gestão 2001-2004 e 2005-2008, do Município de Sucupira do Norte (MA), e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento

Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

d) aplicar ao Senhor Benedito Sá de Santana, CPF: 256.940.303-20, ex-prefeito, gestão 2001-2004 e 2005-2008, do Município de Sucupira do Norte (MA), a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

f) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3.º do art. 16 da Lei n.º 8.443/1992 c/c o § 7.º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Ministério Público, 1.º de fevereiro de 2017.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral